



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 108 - 2ª QUINZENA DE ABRIL DE 1996 - R\$ 1,00

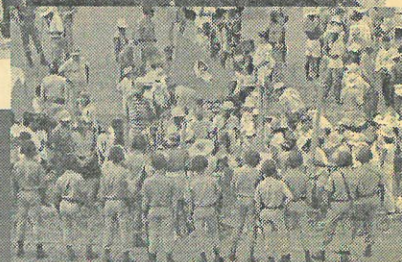
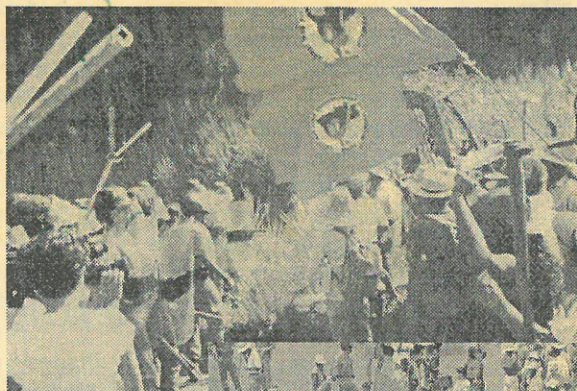
Os sem-terra não devem entregar as armas

Impulsionar as ocupações de terra!

Organizar a resistência com autodefesa!

Liquidar o latifúndio!

Organizar a aliança operário-camponesa!



A reeleição de FHC significará mais ataques contra as massas, com a continuidade do plano neoliberal.

Organizemos a luta nacional de massa para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular!

Lutemos pelos Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia corrupta!



As massas bolivianas se levantam contra o governo capacho do imperialismo. Apoiemos a luta do POR para levar a luta das massas até a vitória!

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

A classe operária deve saber defender suas reivindicações. A unidade operária contra os patrões (burgueses) é uma exigência do momento. Enquanto

os trabalhadores estão sendo demitidos, ficam meses sem receber seus mísero salário e o salário mínimo permanece congelado, quando medidas contra os trabalhadores e para salvar os empresários são votadas pelos corruptos no parlamento, as direções sindicais dividem os operários, colaboram com nossos exploradores ao aceitarem o desemprego em troca de pacotes e ao negociarem migalhas. As reivindicações, interesses e necessidades da classe operária são reivindicações, interesses e necessidades da maioria da população. Os operários devem se organizar nas fábricas e exigir o rompimento da política de colaboração de classe dos sindicatos. Somente a classe operária é capaz de levantar uma luta nacional de massa contra a exploração capitalista do trabalho e o plano pró-imperialista do governo.

OPERÁRIOS NÃO DEVEM CONFIAR NAS PROMESSAS DOS CAPITALISTAS.

* Operários não confiam nos patrões da fábrica de plásticos Puglisi e decretam greve. Patrão negocia, promete, enrola e não paga a PLR. Os demitidos em dezembro também levaram calote: não receberam as rescisões.

* Companhia Mogi de Café Solúvel também não pagou o salário de fevereiro que havia negociado pagar no dia 4/04.

* Metalúrgicos da Philips, de São José dos Campos, em estado de greve pelo não acordo das negociações salariais.

* Operários da Continental, em greve exigindo R\$ 300,00 de PLR e 20% de adicional de insalubridade dos dois últimos anos, estão recebendo carta dos patrões ameaçando-os de demissão por justa causa.

* Publicitários da Ebid não recebem salário no dia 30 de março e protestam em frente à editora sorteando bacalhau. Os patrões parcelam os salários do mês, não depositam FGTS, não pagam férias.

* Metalúrgicos da Novelli em greve contra o atraso do salário, férias e depósito de 1 ano do FGTS. Demitiu 185 trabalhadores desde janeiro e não pagou os direitos

* Peões da Empreiteira Caracas e da Itacon Engenharia paralisam por causa do atraso do salário de março.

* Peões protestam em frente a Construtora AOS (Amec Empreiteira) exigindo os salários atrasados há dois meses.

* Metalúrgicos da Máquinas Ikemori desde 1º de abril em greve para receber três meses de salário atrasado.

* Metroviários fazem paralisação-relâmpago.

* Peões da Concreto Mix ficam sem salário de março, cesta básica e vale transporte.

* Trabalhadores (papeleiros) da Cortiris estão em greve até receberam o salário de março.

* Metalúrgicos da autopeças Proton retomam a paralisação porque patrão não pagou os salários atrasados como havia prometido.

* Mais de 5 mil telefônicos fazem manifestação e decidem greve exigindo participação no lucro. Os acionistas da Telesp repartiram entre si R\$ 93 milhões do lucro obtido com a exploração dos trabalhadores.

* Trabalhadores da Construtora PJ em greve de protesto contra a péssima alimentação e exigindo uniformes e vale-transporte.

* Metalúrgicos da Frado recebem apoio da Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Silvina, em São Bernardo do Campo impedindo que patrões fugissem com as máquinas da fábrica.

* Metalúrgicos do grupo-19-8 (máquinas e eletroeletrônicos) com data base em 1º de abril ameaçam greve.

Patrões já conhecem a colaboração da burocracia sindical, que faz paralisações isoladas fábrica por fábrica. Não acreditam numa paralisação geral da categoria e por isso até parece que são eles (os patrões) que apresentam as reivindicações: querem fim do adiantamento quinzenal, jornada flexível com redução de salário, não mudam a data-base para novembro. A campanha do sindicato "Deixar o 8 de 4" é uma piada.

Camponeses: Organizar a Aliança Operária e Camponesa

A questão da terra no Brasil, devido as particularidades nacionais do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista nas semicolônias, sempre criou movimentos fortes de rebelião camponesa contra os latifundiários.

No final da década de 50 e na década de 60, foi marcante o exemplo das Ligas Camponesas, hoje vemos o Movimento dos Sem Terra que, apesar de produzir grandes mobilizações, como a que vemos a nível nacional nas últimas semanas, sua direção (ligada a igreja e ao reformismo petista) não leva até as últimas conseqüências a luta pela conquista desta.

Seguindo a direção petista de entroncamento com o Estado, as direções do MST vão lentamente se deslocando da luta contra o latifúndio (setor mais reacionário da burguesia, responsável em grande parte pelo atraso do país) para a desapropriação indenizada das terras improdutivas.

A ilusão nas instituições burguesas é visível. Diolinda, uma das principais lideranças de São Paulo, presa várias vezes em decorrência da organização do movimento, em entrevista ao *Jornal da Cidade*, Diadema, de 8 de abril afirmou que: "no país existem 2 poderes judiciais", um a nível nacional "justo" e outro no município "que age da forma que bem entende".

As ilusões na justiça burguesa não decorre de uma avaliação imprecisa por parte do movimento, mas do acentuado deslocamento da direção para a democracia burguesa. Não é à toa que José Rainha vem apontando a necessidade de mudanças nas formas de luta.

Estas mudanças começam a ser sentidas onde a direção consegue um maior controle sobre as bases, como em SP.

A invasão à sede do INCRA-SP, realizada no dia 10 de abril e suspensa no dia 12, tinha como objetivo não a conquista de mais terras, mas a liberação de míseros R\$ 10 milhões para os assentados que o governo prometera desde 95, não incluirão nem os R\$ 30 milhões prometidos para 96. Após as negociações a direção do movimento só conseguiu novas promessas de liberação de R\$ 13 milhões até o final de abril e saiu cantando vitória.

A política da direção do MST, de assentamentos, serve apenas para amortecer a luta pela terra. É necessário criar uma *Fração Proletária no Camponato* que mostre que a única forma de conseguir terra para todos os sem terra é a liquidação do latifúndio, e isto só será possível com a destruição do capitalismo.



Movimento de Sem-terra mostra capacidade de luta

No dia 10 de abril, o MST fez manifestações simultâneas em 21 capitais do Brasil. Mostrou assim capacidade de mobilização nacional. A força dos explorados está justamente na unidade geral, que quanto mais atingir todo o país mais poderosa se tornará para enfrentar o governo dos capitalistas. As massas tendem a se levantar unitariamente frente à opressão de classe da burguesia, que tanto é nacional quanto internacional.

Os exploradores temem justamente os movimentos que superam o localismo, regionalismo e o corporativismo. A manifestação nacional das massas coloca a luta de classes num patamar superior. Isso porque as põe em confronto com o Estado, ou seja, contra a burguesia enquanto classe opressora. Não é por acaso que a burocracia sindical e os reformistas temem fazer o mesmo com a classe operária.

A direção dos camponeses lançou mão da unidade nacional contando que seus objetivos políticos não permitiriam a radicalização da luta. Mesmo assim, a decisão dos sem-terra de Minas Gerais de marchar sobre a capital mineira com suas ferramentas de trabalho obrigou o governo estadual a intervir com a polícia, para tirar-lhes as chamadas armas brancas (foice, enxada etc). A repressão foi violenta, diante da negativa dos camponeses de entregar seus instrumentos. Em Fortaleza, Ceará, a polícia também agiu com rigor, principalmente frente a um bloqueio de rua.

O governo federal e estaduais permitiam a manifestação, desde que fosse pacífica, ou seja, que não bloqueasse caminhos, não fizesse ocupações e não tivesse outras consequências. Em São Paulo, por exemplo, a passeata da Lapa até a Av. Paulista e desta até a Sé não provocou conflitos. Os camponeses não portavam as "armas brancas", provavelmente por orientação das lideranças. Tudo se deu nos moldes permitidos pelo governo. Mesmo a ocupação do Inbra foi resolvida rapidamente.

Se a unidade nacional das manifestações indicou o potencial dos explorados, a não radicalização dos métodos de luta por toda parte reduziu sua força e impacto. Isso se deve à relação entre as massas em luta e à política de sua direção. Se estas se disciplinam ao reformismo e não ultrapassam os limites impostos pelo governo, quase sempre aceitos pelas lideranças adaptadas ao capitalismo, então não aproveitam as vantagens que a luta nacional lhes confere. Assim, a burguesia apenas encolhe os ombros, num sinal de pouco caso em relação à situação de miséria dos trabalhadores.

O objetivo das manifestações limitou a luta

O que as lideranças do MST pretendiam com o Dia Nacional de Manifestações? As bandeiras mais agitadas foram as da reivindicação de assentamento, financiamento a baixo custo para os pequenos agricultores e destituição do Ministro da Agricultura, Andrade Vieira. Tais exigências mostram bem a ilusão da direção reformista em conseguir do governo e do



Estado uma limitada reforma agrária, se é que podemos assim chamar os assentamentos.

Em São Paulo, José Rainha explicou que a destituição do Ministro banqueiro, Andrade Vieira, era necessária porque este não entende nada de agricultura e está contra a reforma agrária. Ora, qualquer um que substituir o banqueiro no Ministério será inimigo da reforma agrária.

Um ministro está sempre a serviço da classe burguesa, da qual faz parte a fração latifundiária. Por outro lado, os assentamentos são opostos à reforma agrária, que significa destruir o latifúndio e entregar as terras a todos camponeses pobres, que podem ser sem-terra ou minifundiários. Desta forma, também perde sentido a reivindicação de financiamento para os pequenos e médios agricultores, uma vez que a preservação dos latifúndios leva-os a constante empobrecimento e destruição.

A tarefa da reforma agrária implica na expropriação revolucionária dos latifundiários. Se esse é o objetivo (que na verdade é substituído pelos assentamentos em terras "improdutivas" pelo programa do MST), então toda luta deve se concentrar contra o Estado capitalista. A estratégia do programa agrário só pode derivar da revolução proletária. Ou seja, da derrocada da burguesia em geral e do seu Estado.

As bandeiras reformistas de assentamento e proteção dos pequenos e médios agricultores a ser realizada no interior do capitalismo desviam a luta pela liquidação do poder latifundiário. Ao contrário, o programa agrário revolucionário que libertará de fato os camponeses pobres do jugo latifundiário tem por conteúdo a expropriação global dos latifundiários, nacionalização das terras e entrega aos camponeses. Tal transformação só poderá ser realizada por um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado contra os exploradores. Um governo proletário sim poderá colocar as finanças do Estado a favor dos camponeses pobres.

Qualquer bandeira que amenize ou desvie os camponeses desse objetivo concluirá de joelhos diante do Estado e da burguesia.

PSTU assina manifesto reformista

Juntamente com a Igreja, PT, PCdoB etc, PSTU assinou o "Manifesto Do Fórum Estadual Pela Reforma Agrária", que não ultrapassa os objetivos de resolver o problema dos sem-terra no interior do capitalismo putrefato. Trata-se de um manifesto burguês.

Eis os principais pontos: 1) Desapropriação de fazendas improdutivas. O que quer dizer indenizar os proprietários e preservar os latifúndios chamados de produtivos. 2) Política agrícola que assegure a permanência e desenvolvimento das unidades de agricultura familiar. Isso significa perpetuar a miséria de milhões de minifundiários, que jamais poderão se livrar do esmagamento imposto pela estrutura latifundiária, enquanto esta existir e dominar. 3) Garantia de trabalho, salários dignos e de direitos trabalhistas. Está evidente que estas reivindicações não passam de demagogia na boca dos reformistas, que lutam por preservar o capitalismo moribundo através do bloqueio da ação revolucionária das massas e da construção do partido marxista.

Uma outra proposição do Manifesto: "Sem essa Reforma Agrária não haverá desenvolvimento, porque qualquer projeto digno desse nome terá de basear-se na ampliação do mercado interno e não há como atingir esse objetivo sem cumprir três condições: distribuir renda, aumentar o emprego e aumentar salários".

Está aí a velha farsa do reformismo burguês e estalinista de uma reforma agrária para fortalecer o capitalismo semicolonial, ampliando o mercado interno. Se isso fosse possível na atual etapa de desintegração do capitalismo, seria o melhor dos mundos para a burguesia nacional. A estratégia da reforma agrária, distribuição de renda e aumento dos salários para ampliar o mercado e o emprego tem por resultado obscurecer a exploração do trabalho e a opressão burguesa-latifundiária.

Opostamente, a luta pela terra, salário e emprego leva as massas a se chocarem contra os pilares do capitalismo e a descobrirem a necessidade de destruir esse sistema econômico em favor do socialismo. O PSTU, ao assinar tal Manifesto burguês, mais uma vez se mostra afastado do marxismo, ou seja, do Programa de Transição da IV Internacional.

NACIONAL



Aumentos de preços e crise bancária agravam o plano

O governo FHC se apóia na estabilização econômica, mantida com a artificialidade do valor do real. O plano é a tábua de salvação do governo. A queda da inflação tem permitido os grupos capitalistas negociarem a aplicação das reformas neoliberais ditadas pelo imperialismo que destróem a economia nacional, os serviços sociais públicos e ataca as condições de vida das massas, tudo em benefício das multinacionais e do parasitismo financeiro.

A inflação de 1% a 2% mensais ainda significa arrocho salarial, porque não tem reposição de perdas. Foram mais de 30% no primeiro ano e mais de 20% no segundo, sem reposição salarial compatível.

É preciso destacar ainda que os índices do governo contêm uma série de manipulações, e algumas poucas mercadorias puxam o índice para baixo, enquanto os preços de supermercados continuam cada vez mais pesados sobre os salários congelados. No mês de março, as roupas tiveram preços 6% menores, o que fez o índice geral de preços ser o mais baixo do plano.

Abril reserva outro quadro. Os reajustes de combustíveis, perto de 30%, influenciarão nos preços de todos os outros produtos. A gasolina estava congelada, e incorporou no preço de abril o que os outros produtos vinham incorporando aos poucos todo mês.

Esses novos reajustes aumentarão a corrosão sobre os salários, que valerão ainda menos.

É necessário que o movimento sindical trabalhe imediatamente pela escala móvel de reajuste e fim da política de congelamento dos salários. Para isso, se supõe a tarefa de organizar a luta desde as fábricas.

Crise bancária se agrava

A recessão tem tornado dezenas de empresas inadimplentes. Os cheques sem fundos dobraram em um ano. Os bancos não têm conseguido receber dos clientes o dinheiro emprestado a juros altos. Os golpes dos banqueiros, com a colaboração dos dirigentes dos ministérios e Banco Central, agravam a situação, tornando-a insustentável.

O banco Econômico e o Nacional foram os primeiros. Os desfalques de milhões feito pelos banqueiros precipitou suas quebras. O governo os socorreu com quase 7 bilhões de dólares. E o negócio não vai parar por aí, porque a compra dos bancos vai envolver mais outros bilhões. O presidente do Banco Central ainda teve

a ousadia de dizer que fica mais barato para o governo dar dinheiro aos bancos em crise que fechá-los.

Com os bilhões dados aos banqueiros, o rombo nos cofres do governo aumenta e vai potenciando uma crise futura, porque o déficit público criará pressões fortíssimas sobre a inflação e o valor da moeda.

Para as massas, os golpes dos banqueiros significam menos dinheiro para a saúde, educação, previdência, moradia etc. O conteúdo do neoliberalismo se expõe cruamente.

Os crimes dos banqueiros e governantes nunca serão julgados pelos mesmos. Por isso, não cabe ter nenhuma ilusão em CPIs ou em processos judiciais contra o governo e os parasitas financeiros. Somente as próprias massas mobilizadas podem julgar e punir a burguesia corrupta, através dos Tribunais Populares, construídos pela mobilização de massa.

O fim dos golpes bancários só virá com a estatização do sistema financeiro com o controle dos trabalhadores. Que a CUT e as organizações sindicais e populares empunhem essa reivindicação.

Lei de Patentes suga e submete ainda mais o país

A Câmara dos Deputados aprovou a Lei de Patentes, que o Senado já havia aprovado no ano passado. É mais uma prova da submissão do governo e da burguesia nacional ao imperialismo americano.

A Lei de Patentes estabelece o pagamento de direitos autorais de produtos fabricados no Brasil, mas que tenham registro de patente americana. É uma reivindicação dos laboratórios americanos, que reivindicavam o pagamento de 1,8 bilhão de dólares em direitos autorais sobre remédios fabricados no Brasil. Isso inclui até mesmo remédios baseados em fórmulas indígenas brasileiras, mas que têm registro de patente nos Estados Unidos.

A aprovação dessa lei estabelece mais um mecanismo de expropriação da nação pelo imperialismo. Para pagar essas patentes, os laboratórios instalados aqui elevarão ainda mais os preços dos produtos e arrocharão os salários de seus funcionários. Quem pagará a conta serão os assalariados brasileiros.

A opressão nacional sobre o país se manifesta de várias formas, a obrigação de pagar por produtos patenteados nos países imperialistas é uma delas. Somente a ruptura com o imperialismo pode livrar o país e os assalariados e suas famílias do parasitismo do capital estrangeiro. Isso é uma tarefa da revolução proletária.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Nacional



Reeleição de FHC é para continuar reforma antinacional e antipopular

A imprensa tem noticiado os debates ao redor da proposta de reeleição de FHC. Os partidos burgueses negociam a forma de prorrogar o governo FHC, para que este continue com as reformas neoliberais.

O governo FHC se sustenta sobre uma aliança entre os principais partidos burgueses, expressando uma frente entre as oligarquias regionais e a burguesia industrial e financeira. Os bandos capitalistas temem que a necessidade de construir outro governo a partir das eleições abra novos choques entre eles, dividindo-os e provocando nova possibilidade de fortalecimento da frente popular, encabeçada pelo PT, que, avaliam, daria lugar a um governo de grande instabilidade política, e poderia dificultar o andamento das reformas, inviabilizando o plano econômico e abrindo uma crise social de proporções. Os choques entre as frações capitalistas ao redor da política econômica e do ritmo e grau das reformas têm sido administrados pelo governo FHC.

Mesmo tendo sido o governo que mais atacou a vida das massas, contou com a maior colaboração possível das frações burocráticas sindicais. Ao contrário de seus antecessores, conseguiu unir os direitistas e reformistas numa frente de colaboração de

classes que tem viabilizado a aprovação dos projetos governistas no parlamento, sem ter de enfrentar uma reação de conjunto das massas.

É um governo que conta com o apoio do imperialismo norte-americano, por se submeter completamente às suas imposições. Sob esse governo e apoiados na estabilização econômica do plano Real, as frações burguesas podem fazer suas negociatas e ir aplicando o plano ditado pelo imperialismo, sem o receio de um grande levante dos explorados.

Os partidos burgueses tentam barganhar a aprovação da reeleição com a imposição de que FHC apóie a reeleição geral, desde as municipais deste ano. O PFL, o PPB malufista e o PMDB têm interesse na possibilidade de estenderem o mandato de seus prefeitos. Mas há frações nesses partidos que pretendem tornar-se alternativa à reeleição de FHC, caso este não consiga manter uma relativa estabilidade política. Sarney, Maluf, José Eduardo Magalhães (filho de ACM) e Itamar reivindicam a vaga.

Para as massas, as alternativas apresentadas pela burguesia colocam, com variações de grau, a mesma perspectiva política: um aumento da ofensiva antinacional e antipopular. A reeleição de FHC ou a vitória de

qualquer outro candidato significará a continuidade da exploração de classe e o agravamento das condições de vida e trabalho, com salários menores e menos emprego, mais impostos, menos direitos, mais recessão e entreguismo.

É necessário construir uma campanha nacional de luta para pôr abaixo o plano neoliberal de FHC, que esmaga os assalariados e oprimidos em geral, em favor do capital financeiro internacional e das multinacionais. Para isso, é preciso organizá-la desde as bases, com a convocação de assembleias e plenárias, que aprovelem um plano de lutas e comandos de luta sob controle das bases, com poderes acima das direções burocratizadas e corrompidas.

Nacional



Hemodiálise mata mais de 40 em Pernambuco

A destruição da saúde pública é parte do plano neoliberal, que pretende com isso obter mais recursos para sustentar o parasitismo financeiro e favorecer os grupos privados de previdência e saúde (Golden Cross, Amil, Blue Life etc.).

O corte de verbas, os salários miseráveis pagos aos médicos e funcionários e a falta de dinheiro para equipamentos e manutenção vão deteriorando o atendimento à população. A queda da qualidade dos serviços está colo-

cando em risco a vida da população.

Em Caruaru, pacientes que faziam tratamento de hemodiálise foram contaminados pela água usada na operação. Hemodiálise é um tratamento que é feito em pessoas que têm problemas nos rins, e que são obrigadas a filtrar o sangue em clínicas, fazendo em máquinas o mesmo que os rins normais fazem com o sangue. A contaminação se deu porque a clínica usou água de carro-pipa para o tratamento. A

água estava com excesso de cloro e isso levou à contaminação.

A morte dos pacientes em hospitais públicos é de responsabilidade dos governos que cortam orçamentos da saúde para poderem dar bilhões aos parasitas do sistema financeiro. O julgamento desses fascínoras deve ser feito pela mobilização nacional de massa para derrubar o plano e os governos neoliberais assassinos.

Tomo XI das Obras Completas de Guillermo Lora

Já foram publicados os 11 primeiros volumes, sendo que já os temos no Brasil.

A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40.

Adquira com o distribuidor deste jornal.

Revistas Revolução Proletária e Hombre Nuevo

Revolução Proletária (até nº 8) é publicada pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. *Hombre Nuevo* (até nº 9) é a revista da educação do POR boliviano.

Oportunismo leva a ruptura do Movimento de Oposição à diretoria da Apeoesp

A Convenção do Movimento de Oposição à diretoria da Apeoesp tinha por objetivo organizar uma chapa frentista, sob a base de um programa, para derrotar a burocracia. Apesar de todas as correntes afirmarem, com argumentos distintos, a necessidade de uma chapa unitária, a Convenção acabou cindida ao meio.

Qual foi a razão? Depois de se discutir e votar os pontos do programa, se colocou o problema da constituição da chapa. O PSTU defendeu que esta não fosse formada na Convenção, porque havia outras forças oposicionistas que lá não estavam. Tais forças eram o PCdoB, Nova Opção e O Trabalho. Essas correntes estalinista e petista não participavam do Movimento de Oposição. Inclusive o PCdoB faz parte da burocracia dirigente da Apeoesp. Porém, decidiram se aglutinar numa outra oposição, incluindo o PCdoB que lançou um manifesto de saída da direção. Diante disso, a posição do PSTU foi de se constituir uma chapa com todas essas forças. Eis porque defendeu na Convenção que se lançasse um chamamento a uma nova Convenção, para o dia 20, que abarcasse todos aqueles que passaram a se reivindicar do oposicionismo.

Frente a isso, Causa Operária e Liga se contrapuseram propondo que se formasse a chapa na Convenção e que se deixasse em aberto 20% dos cargos; para negociar com o PCdoB, Nova Opção e O Trabalho. Como o PSTU não aceitou, CO e Liga chegaram a propor até 50%.

O Partido Operário Revolucionário (POR) se opôs às duas posições. Defendeu que não se poderia nem realizar outra Convenção e nem apresentar uma chapa incompleta para negociatas aparelhistas. Essa atitude se deveu à posição defendida desde o início do processo de convocação da Convenção de que o problema central de uma chapa frentista estava no programa. Nossa visão

não compartilha em nada com o PSTU, Liga e CO, para o quais o programa é uma mera formalidade. Nenhuma das correntes que estavam fora da oposição foram proibidas de participar na Convenção. Pelo contrário, foram igualmente convocadas para discutir o programa, segundo a decisão do Seminário da Oposição. Por que não vieram? Justamente porque não estavam dispostas a discutir o programa e porque têm como política o conchavo de forças aparelhistas. Ora, a linha de derrotar a direção burocrática a qualquer preço, não importando o programa, é oportunista. E o seu resultado não pode ser outro senão a de substituir uma burocracia por outra.

A verdadeira tarefa que se coloca em qualquer sindicato burocratizado é a de constituir uma direção revolucionária, capaz de traduzir no seio das massas o programa antiimperialista e anticapitalista. Qualquer variante, por mais esquerdista que seja, fora dessa concepção representará o continuísmo burocrático e a reprodução da política reformista.

Nem programa revolucionária, nem defesa principista do programa

Na base da cisão está o programa centrista e o oportunismo aparelhista das correntes majoritárias. Em relação à educação, foi negado o conteúdo essencial, que é o da escola enraizada na produção social. As bandeiras comuns de ensino público, laico e gratuito, estatização de todo o sistema educacional etc acabaram permanecendo nos limites do democratismos pequeno-burguês. Não se admitiu um sistema transitório de reivindicações que conduz os explorados a entender a necessidade de destruir o capitalismo e de rejeitar a farsa do reformismo. Não é por acaso que a caracterização do governo e de seus planos foi de uma adaptação vergonhosa ao neoliberalismo. Não se caracterizou como um governo burguês pró-imperialista, que deveria ser combatido e derrotado pela ação direta das massas. Eis porque se aprovou a bandeira de oposicionismo democratizante. Ou seja, "Contra FHC, oposição de luta e governo dos trabalhadores". O PSTU e a Liga de-

fenderam essa posição, contrapondo-se à formulação "Fora FHC, por um governo operário e camponês". De conjunto, PSTU, Liga e CO se colocaram contra a formulação porista de Frente Revolucionária Antiimperialista e Tribunais Populares. Abstenção de CO na votação da Frente Revolucionária Antiimperialista foi uma confissão de voto contrário. Sobre a caracterização da

burocratização da diretoria da Apeoesp, todas as correntes se limitaram à constatação do fato.

O POR defendeu que a burocratização da diretoria é parte da política do reformismo petista, o que foi rechaçado por tais correntes. Outros pontos igualmente foram negados pelo PSTU, a exemplo do salário mínimo vital, do congresso extraordinário da CUT. Enfim, a Convenção rechaçou uma linha revolucionária e aprovou um programa democrático-centrista.

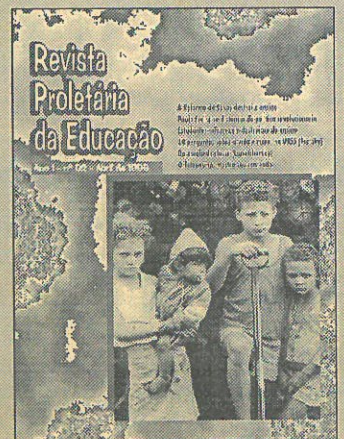
Para onde vai a nova Convenção?

Diante da cisão, o POR, CO, Liga e independentes decidiram convocar uma nova Convenção. A posição programática de CO e Liga, desenvolvida na Convenção que se cindiu, foi muito reprovável. Não só pelo fato de combaterem as principais formulações do POR, colocando-se ao lado do PSTU, como também por terem apresentado a proposta de chapa incompleta para ser negociada. CO foi "surpreendente" em sua insistência nessa proposta, quando no Seminário de março, rompeu com a Oposição, porque se aprovou o critério de discussão programática para a unidade, como havia proposto o POR. Depois retornou com a bandeira de unidade das correntes que combatiam a burocracia. E finalmente terminou defendendo a concessão de cargos para o PCdoB, Nova Opção e O Trabalho.

Na reunião da coordenação, de 15/4, a Liga propôs que fôssemos à Convenção do PSTU e seus novos aliados para propor que participassem da Convenção do dia 26. CO apoiou a Liga, dizendo que era "coisa para se pensar". Novamente, nos contrapomos mostrando o absurdo da situação. Tudo isso indica as dificuldades que surgirão na nova Convenção. Tais correntes não se guiam pela unidade frentista em torno do programa revolucionário.

O POR lutará para superar essas limitações da esquerda centrista. Para isso, insistimos que toda a discussão programática deverá ser refeita, seguindo o mesmo critério principista do frentismo revolucionário.

Adquira a Revista Proletária da Educação. Já saiu o número 2, com matérias sobre a Reforma de Covas, uma crítica às posições de Paulo Freire e outras.



Educação



Movimento estudantil resiste à privatização da Universidade

Na UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) os estudantes começaram a reagir às medidas neoliberais, implantadas pelo Reitor do PT, Ivonildo Rêgo. As contenções de custos e as medidas privatistas atingem frontalmente os estudantes e, no momento, particularmente, os residentes. Através de taxas, cortes orçamentários e projeto de venda de patrimônio universitário, o Reitor petista está aplicando a política do governo FHC. Esse governo pró-imperialista tem exigido dos reitores subservientes medidas denominadas de "racionalizadas", que em sentido preciso significa sucateadoras.

Assim, o Reitor, eleito com o voto do PCdoB, PT etc, diz que é necessário cobrar taxas no restaurante universitário, reduzir cardápio, cobrar taxas de moradia, não construir novas residências, não investir nas casas e sobretudo, na necessidade de vender os prédios de maior valor. Na mesma linha, objetiva expulsar os residentes antigos, como o pretexto de aumentar vagas aos novatos. Isso quando todo mundo sabe que as precariedades da moradia chegam ao ponto de provocar carências elemen-

tares para a sobrevivência de qualquer ser.

Frente a essa política revolucionária, os estudantes estão abrindo os olhos e compreendendo a importância de se lançar à luta radical. Os primeiros embates contra as taxações comprovam bem essa constatação. As direções conciliadoras da esquerda estalinista e reformista têm sido colocadas contra a parede. Elas ajudaram a eleger o Reitor e agora estão obrigadas a concordar com sua política de taxas e cortes, o que está totalmente em contradição com as necessidades dos estudantes e da tarefa de defender o ensino público e gratuito.

O POR rechaça veementemente a burocracia universitária e as direções reformistas do ME. Procura expressar no interior do movimento as aspirações dos estudantes e residentes, organizando as bases contra a política pró-imperialista e destruidora do ensino.

OPOR
Educação

Eleição para o DCE da UFRN

Os militantes do POR estão trabalhando com afinco para constituir uma direção revolucionária, que possa superar os domínios do estalinismo e do reformismo sobre o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRN. Para isso, está chamando a vanguarda lutadora a discutir um programa de autonomia universitária, defesa do ensino público e gratuito, da escola científica enraizada na produção social, em que a teoria e a prática estejam fundidas, como parte de um programa antiimperialista e anticapitalista.

Em um Manifesto, denominado "Por um DCE classista e revolucionário", denunciamos a política de submissão e servilismo das correntes de esquerda, incluindo o PSTU, frente ao vendido Reitor. Explicamos aos estudantes que aqueles que pretendem se utilizar do fracasso dessas direções conciliadoras para desenvolver o apoliticismo nada mais fazem senão reproduzir a mesma politicagem de adaptação ao neoliberalismo. Diz o Manifesto que "a solução para a atual crise da educação passa pela subs-

tituição do atual sistema capitalista por uma nova ordem social superior, o socialismo". E que "este objetivo só será alcançado com a revolução proletária".

O Manifesto termina exortando os estudantes a se aglutinarem em torno de uma chapa classista (Ação Direta) e a se colocarem pelas bandeiras: Abaixo o governo neoliberal e pró-imperialista de FHC; Construir a FRA; Não à privatização e cobrança de taxas; mais verbas para a educação; Nada de negociação com o governo; Que a CUT convoque a greve geral por tempo indeterminado; Pela aposentadoria integral por tempo de serviço; Convocação dos Tribunais Populares para julgar os escândalos de corrupção; Não as direções traidoras no ME; Governo operário e camponês: Revolução Socialista".



S. Paulo

Causa Operária defende em seu programa a "criação de polícias municipais, sob o controle direto da população"

No programa defendido na Convenção da Oposição em S. Paulo, Causa Operária apresentou um item que chamou a atenção pelo fato de contrariar frontalmente um dos princípios fundamentais do marxismo que é o de destruição de todo e qualquer aparato repressivo da burguesia e armamento das massas.

No item 3, denominado "Abaixo a opressão e a violência racial", o programa de CO defende "a criação de polícias municipais, sob o controle direto da população. Trata-se de um absurdo a defesa de polícias constituídas por uma das esferas do Estado (município), que poderia estar sob o controle direto da população. Não podemos nos esquecer que no capitalismo não é possível existir qualquer órgão policial que não seja contra as massas.

Frente à violência policial, os massacres e chacinas, o que está colocado é o armamento da população e, portanto, a auto-defesa. A confusão do programa é de tal monta que Causa Operária mescla a criação de polícias municipais com o direito de auto-defesa. Na Convenção, o POR denunciou a capitulação programática de CO.

Ato dos estudantes em S. Paulo

No dia 10/04 houve na Av. Paulista um ato de estudantes convocado pela UMES. O ato, apesar de ser convocado em poucas escolas, tinha um número significativo de estudantes. A direção do ato tinha como única reivindicação a instalação da CPI dos Bancos. Chamou os estudantes para iludí-los.

Diante da reforma de Covas/FHC, avaliação nas escolas, recadastramento e falta de vagas, não fez sequer uma única crítica ao governo privatista da educação nem de São Paulo, nem do país.

Chama os estudantes para tomar posições de entregar para os corruptos o julgamento deles mesmos. A CPI, seja ela qual for, é composta de parlamentares burgueses ou reformistas, que hoje seguem dizendo "amém" para o governo FHC. Não devemos nos enganar: estudante tem que ir para as ruas lutar contra FHC, exigir os

tribunais populares, para que os oprimidos julguem os corruptos e vendidos.

O ocorrido no ato

No mesmo dia e hora do ato estudantil os sem-terra e sem-teto fariam sua manifestação. No instante em que o MST estava chegando à av. Paulista, as direções do movimento estudantil municipal chamaram os estudantes para uma passeata. Não disseram uma palavra sobre o movimento dos sem-terra que se aproximava. Colaboraram assim com as direções reformistas que separam os movimentos, de um lado os sem-terra, de outro os estudantes, que logo estarão sem escola.

A unidade dos trabalhadores camponeses, operários, estudantes se faz necessária. Para isso teremos que varrer com as direções divisionistas e colaboracionistas com o governo.

Ceará

Chega de farsa democrática

Os estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECe) se colocaram pelo boicote às eleições para a reitoria. Denunciaram a farsa da lista sêxtupla e toda manobra da burocracia universitária, que não passa de marionete do governo do PSDB.

O Centro Acadêmico de Pedagogia se destacou nessa campanha, tendo à frente a nova direção majoritária do POR. A base de sua defesa do boicote foi a de convocação de uma assembléia universitária para garantir uma verdadeira gestão democrática e sob o controle dos professores, estudantes e funcionários.

No mesmo sentido, levantou a bandeira de eleição direta e critério de revogabilidade do mandato pelas bases em todos os níveis. Seu material de propaganda denunciando a farsa da consulta conclui dizendo: "A defesa da autonomia universitária é fundamental na luta em defesa da escola pública contra os governos que cortam verbas da educação e trabalham pela privatização".



A questão da unidade de todos os trabalhadores em educação, alunos e pais

Nós funcionários de escola temos vivido na prática o que é a reforma de ensino do governo Covas. Este fechou escolas e turnos, fez um remanejamento dos funcionários onde estes não tiveram escolha.

Cancelou os contratados do artigo 13, chegou a dizer que a escola tinha funcionários demais, fez boicote com os concursos. Nós sabemos que as escolas estão vazias, falta inspetor de alunos, merendeiras, oficiais, mas o governo se nega a abrir concursos ou chamar os concursados. A política salarial vem acompanhando toda a reforma. Esse é o pensamento do gover-

no: funcionário com salário de fome e serviços em excesso pede exoneração. Por isso nem mesmo migalhas tem sido oferecidas nas negociações com a AFUSE.

Quanto aos professores, ele tem demitido, as classes são superlotadas. Além de sobrecarregar os funcionários, não permite condições de trabalho para os professores. A alfabetização é quase nula.

Para os alunos, cadastro, prova de avaliação (como será feita agora para as 3^{as} e 7^{as} séries). Muitos alunos fora da escola sem vaga e sem estudar. Para os pais, o governo tenta convencê-los a contratar

funcionários com as taxas da APM. Esta é a reforma de ensino do governo Covas/FHC, aluno fora da escola, funcionários e professores demitidos e privatização. A resposta a esta situação deve ser a unidade de toda a classe, a unidade de funcionários, professores, alunos e pais para lutar e pôr baixo a reforma privatista do governo.

É nesse sentido que defendemos em nossas últimas assembléias e temos defendido nas escolas as assembléias unificadas e a greve como método de luta para derrotar o governo Covas/FHC.

O que dificulta a luta dos funcionários de escola

Na assembléia de 12/04, os funcionários de escola não compareceram em grande número. Ali estavam apenas os diretores regionais e poucos funcionários representantes de escolas. Faltou o interior. Por isso a proposta da diretoria da AFUSE, foi aceita sem dificuldade.

Desde de março a AFUSE vem tentando tirar do governo algumas migalhas para evitar a greve. Não foi por acaso que defendeu as negociações até a exaustão. No final de março, o governo acenou com o abono de R\$ 80,00. Estava aí a migalha para evitar a luta dos funcionários de escola. A diretoria faz as suas demagogias, diz que é pouco, mas "vamos aceitar e continuar a luta". Que luta será essa?

O que a diretoria propôs e foi aprovado foi participar de um ato em conjunto com outros setores do funcionalismo público e os professores. E atos isolados para discutir um tal plano de carreira.

A luta mesmo que se manifesta através da greve passa longe dessa gente.

Por que uma assembléia esvaziada

No dia 01/03 os funcionários de escola fizeram uma reunião de CR onde estavam dispostos a irem a um Conselho Regional representativo, votou assembléias regionais para 22/03 e a assembléia geral com paralisação dia 12/04.

Por que em uma votação tão grande, aproximadamente 400 pessoas, a assembléia geral era esvaziada? A partir do dia 01/03 a diretoria do sindicato jogou no seu esvaziamento, sempre dando prioridade para as negociações na Secretaria da Educação. Por fim procurou esvaziar as assembléias regionais, convocaram depois mudaram a data para 29/03, sempre esperando os resultados das negociações. A diretoria confundiu as regiões, fez boicote procurando desde então esvaziar a assembléia geral.

OPERAÇÃO
Educação

Faculdade de Direito (UFC): como os reformistas capitulam diante da ofensiva privatizante e pisoteiam a democracia operária

No dia 02 de abril, ocorreu, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), uma manifestação estudantil contra a transformação do auditório em salas de aula. Tal medida, implementada pela burocracia universitária, visa administrar o sucateamento da universidade pública e gratuita, que é um dos pontos da ofensiva do imperialismo e da burguesia brasileira contra as condições de vida dos trabalhadores.

No entanto, a direção reformista do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, por não aceitar esta questão essencial, capitula diante da política privatizante do governo antinacional e antipopular de FHC ao rebaixar o movimento a bandeiras corporativistas.

O ato em defesa do auditório da faculdade foi totalmente desvinculado da luta por autonomia universitária, pela universidade pública e gratuita, por mais verbas para a educação e, portanto, contra as reformas neoliberais. Para a diretoria do CA era apenas um ato em defesa da "cultura e de um espaço democrático". Mas, como o reformismo nunca vem sozinho, os campeões da "ética" e da democracia burguesa atacaram o POR, tentando calar a política proletária na faculdade.

Quando militantes do POR levantaram uma

faixa defendendo a construção da Frente Revolucionária Antiimperialista para derrotar a ofensiva neoliberal, foram pressionados a retirar a faixa pela direção do ato, que colocou que a livre manifestação era "apolítica". Como a faixa não foi retirada, o partido embrionário do proletariado foi acusado de "fanático", sendo-lhe negada a palavra. Ao mesmo tempo, os "apolíticos" do CA deram a palavra ao deputado estadual do PT, João Alfredo, que em 1993 defendeu a monarquia como forma de governo e em 1995 apoiou o projeto do governo Tasso de municipalizar (destruir e privatizar) o sistema estadual de ensino. O que demonstra que o "apoliticismo" é uma arma dos reformistas para combater a política dos revolucionários no movimento estudantil, através do ataque à democracia operária, que exige a manifestação política das correntes que estão no movimento.

Esse fato demonstra a urgência de se construir uma direção revolucionária, subordinada à estratégia da revolução e ditadura proletária, para o conjunto do movimento estudantil. Pois, enquanto o movimento estudantil for dirigido pelo reformismo, continuará semeando derrotas e capitulando frente aos inimigos do ensino público e gratuito.



São José dos Campos

Repressão no ITA

Os estudantes do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) estão proibidos de manter o Centro Acadêmico Santos Dumont, que foi fechado pelos militares. Uma tropa de choque da Aeronáutica, composta de 400 homens armados, cercou os alojamentos e obrigou os estudantes a irem para um auditório, onde lhes foi dito que não poderiam fazer política no ITA.

Esse ato de gorilismo fere a mais elementar democracia universitária. A escola militar procura formar robôs a serviço da burguesia e da repressão ao movimento dos trabalhadores. Por isso, não se admite as mais elementares liberdades democráticas, de crítica, de pensamento e de ação. Os estudantes do ITA não devem se intimidar e fazer valer o direito de ter seu Centro Acadêmico funcionando de acordo com a vontade das bases estudantis.

Quadrilha de burocratas ataca a democracia sindical e a unidade classista dos telefônicos do Ceará

No dia 28 de março, encerrou-se todo um período de disputa política pela direção do Sindicato dos Telefônicos do Ceará (SINTTEL). De um lado, um bando de burocratas apoiados pelo PT e pela Pastoral Operária, de outro, a Frente Revolucionária.

O resultado, decidido em assembléia, foi a destituição da atual diretoria e a constituição de uma Junta Governativa Provisória, para organizar nova eleição.

O centro da divergência foi a dificuldade crescente dos burocratas, que eram maioria na diretoria, de implementar a política contra-revolucionária do PT de conciliação de classes. Isso, devido ao trabalho de base da Frente Revolucionária, que denunciava todas as tentati-

vas de cerceamento da democracia sindical e de "acordos" com a direção da Teleceará.

No sindicato, os burocratas tentaram montar uma verdadeira máfia aparelhista. Maria Vitorino e João Gézar, por exemplo, abriram uma conta só para o setor jurídico, sem passar por reunião de diretoria ou conhecimento da base, ninguém sabendo, assim, do montante e do destino dos recursos desse setor. O candidato a vereador pelo PT, José Alberto, que há duas gestões se nega a participar do rodízio e voltar para a base, procura, sem consultar os trabalhadores, pôr a estrutura do sindicato a serviço de sua candidatura e de sua corrente (Coletivo Popular-Sindical).

Diante de derrotas consecutivas em assembléias e desmoralizadas, os burocratas começaram a fazer uma campanha contra a democracia sindical e a categoria. Primeiro, perseguiram um militante do POR que foi aprovado em reunião de diretoria, onde os próprios burocratas têm maioria, para estagiar no setor jurídico.

Depois, renunciaram coletivamente para forçar novas eleições, para, com a ajuda dos sindicatos dirigidos pelos reformistas, ganhar e, como dizem "ter o SINTTEL só para eles", ou seja, para sua política eleitoral e anti-operária.

A Frente Revolucionária, devido ao seu "esquerdismo", cometeu inúmeros erros, que deram fôlego aos burocratas. Contra o reformismo do PT e sua quadrilha de burocratas, o POR propõe aos companheiros a construção de uma chapa dos "Telefônicos em Luta", baseada num programa revolucionário que tenha por suporte os seguintes pontos: 1) combater a opressão nacional e social; 2) defesa das condições de vida e trabalho e da unidade das massas; 3) contra a corrupção, defender Tribunais Populares; 4) defesa do método da ação direta; 5) defesa da democracia sindical e da independência de classe; 6) defesa da unidade mundial do proletariado; 7) construção da Frente Revolucionária Antiimperialista; 8) por um Governo Operário e Camponês (ditadura do proletariado).



Metalúrgicos do ABC Até que ponto a Articulação burocratiza os sindicatos

O processo eleitoral dos metalúrgicos do ABC paulista nos mostra a que ponto chega o processo de burocratização das direções cutistas.

Vimos que desde a fundação da Central, a Articulação (direção majoritária da CUT) vem restringindo o poder de decisão das bases, passando a controlar burocraticamente os sindicatos.

A fusão do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema com o de Santo André é um exemplo desse fato. Não serviu para fortalecer a classe, mas para que a cúpula dirigente centralizasse ainda mais seu poder na máquina sindical.

A necessidade de centralização da máquina fez com que essa corrente impedisse que qualquer outra posição pudesse se expressar, acabando de vez com qualquer traço de democracia operária.

Isso era percebido no antigo sindicato de São Bernardo, quando a direção manobrava as assembléias para que não ocorressem discussões políticas das propostas, sendo então muito mais fácil varrer qualquer posição discordante.

No processo atual chega-se ao cúmulo de, depois de praticamente eliminar do sindicato as posições divergentes com relação à condução política da classe (Câmara Setorial, flexibilização do trabalho, atomiza-

ção da luta de resistência ao arrocho salarial e as demissões), expurgar quem diverge em sua própria corrente.

Este é o motivo pelo qual tenta-se excluir a mal chamada "ala esquerda" da Articulação, predominante no antigo sindicato de Santo André, liderado por Cícero, um dos atuais vice-presidentes do sindicato.

Como esse setor não foi capaz de colocar claramente suas divergências, pois nas questões principais está de acordo com a ala majoritária, fundamenta sua disputa na perda de controle do aparelho, ao dizer que o antigo sindicato de Santo André foi engolido pelo de São Bernardo e ameaçando um racha.

A ameaça de Cícero não se coloca na perspectiva da construção de um sindicato de luta que se contraponha à burocratização do sindicato do ABC. Ao contrário, será mais um instrumento para desviar a classe de se aproximar das posições revolucionárias.

Aos metalúrgicos que consigam entender a dramática situação da categoria, atada a acordos com a patronal, feitos a partir da traição das direções, resta organizar a fração revolucionária a partir de cada fábrica, utilizando-se da democracia operária, isto é, da mais ampla liberdade de posições e do acatamento da posição da maioria.

Organizar a greve do funcionalismo federal

A aprovação da greve do funcionalismo federal para o dia 16 de abril implica em uma participação ativa da vanguarda para dar expressão organizativa ao movimento. Trata-se de uma luta dura porque se confronta com o plano neoliberal de arrocho, fome, miséria e desemprego em massa. A burocracia sindical adiou a luta e manobrou o quanto pôde para evitar qualquer indisposição com o governo de FHC.

A decretação da greve para o dia 16, ainda que tardiamente, só ocorreu devido ao grande descontentamento que se manifesta nas bases do funcionalismo. Para que a greve se imponha, é necessário que a vanguarda combativa organize a revolta dos oprimidos e resista às atitudes conciliadoras da direção.

É importante defender a unidade do funcionalismo com a classe operária e demais setores dos oprimidos. Não se pode permanecer no corporativismo sindical, porque se não a greve não terá como derrotar o governo. O POR defende a constituição de comitês por todo o país e um comando nacional baseado inteiramente nas assembléias.

Pseudo-trotskistas fazem encontro em Fortaleza

No dia 28 de março, ocorreu um debate público de abertura do "I Encontro Internacional das Organizações Defensivas Revolucionárias", com a participação do Partido Bolchevique pela Quarta Internacional (PBQI-Argentina), do Grupo Comunista Operário (WCG-Canadá/USA) e da Liga Bolchevique Internacionalista (LBI-Brasil). Segundo os organizadores, "a identidade política e programática destas organizações reside no fato, de que em conjunto, caracterizam a derubada da URSS, como uma derrota histórica do proletariado, assim como rejeitam qualquer aliança 'tática' com forças restauracionistas e pró-imperialistas" (Luta Operária nº 8, grifo nosso).

Porém, esse eufemismo todo é para encobrir o ponto comum desses agrupamentos de origens diversas: o

apoio militar (ou tático) aos golpistas (restauracionistas e pró-imperialistas) em agosto de 1991 na URSS. O que foi denunciado por militantes e simpatizantes do POR, apesar do pequeno número de pessoas presentes ao debate, aproximadamente umas trinta.

Frente à verdade elementar de que sua política de não "descartar, a priori, blocos de ação com este ou aquele setor do stalinismo" (LO nº 5) é apoiar frações restauracionistas da burocracia, os palestrantes passaram a atacar o POR boliviano e a tática leninista-trotskista de Frente Única Antiimperialista, e a mentir, dizendo que "o POR apoiou Yeltsin".

Pior foi a atitude do senhor Sérgio Romero (PBQI), que choramingou com as críticas feitas no MASSAS nº 106 às mentiras divulgadas no LO nº 7 sobre as posições do POR em rela-

ção ao processo de restauração capitalista na URSS. Não satisfeito com essa demagogia teatral passou à atitude policial de mensurar o número de militantes do POR.

O que o debate deixou claro, além da política antimarxista de apoiar frações restauracionistas, foi o oportunismo de querer construir uma corrente internacional sobre uma posição conjuntural (apoiar os golpistas restauracionistas), deixando de lado qualquer balanço crítico da trajetória político-programática dessas supostas organizações defensistas.

Internacional

Israel massacra o Líbano

Na segunda semana de abril, tropas israelenses iniciaram uma brutal ofensiva contra o grupo guerrilheiro muçulmano Hezbollah. As tropas de Israel passaram a bombardear sistematicamente cidades libanesas, expulsando meio milhão de moradores para logo a seguir destruir suas casas, escolas, hospitais, usinas elétricas etc. O massacre de libaneses é apresentado por Israel como forma de atacar o grupo Hezbollah.

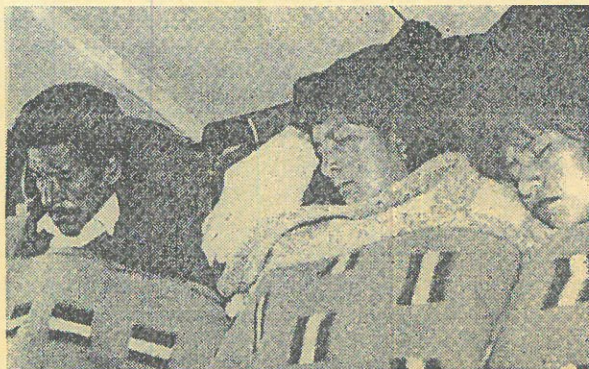
O Líbano é um país oprimido por todos os lados. A Síria controla parte de seu território com 35 mil soldados e impõe sua política externa. Israel controla o sul do país, com a ocupação de uma área chamada de zona de segurança. O Hezbollah é uma fração muçulmana guerrilheira foquista, que conta com apoio da Síria para atacar Israel e manter territórios libaneses sob sua influência. O país viveu uma longa guerra entre cristãos e muçulmanos, sufocada pelas intervenções externas.

O governo libanês conta com um restrito aparato militar repressivo, incapaz de se sobrepor aos grupos guerrilheiros. Israel sabe que não seria suficiente exigir do governo a repressão ao Hezbollah, como fez com o palestino Hamas, que tem sido duramente reprimido pelo governo palestino de Arafat e pela polícia israelense. Assim, o governo

de Shimon Peres partiu para a ofensiva bélica direta sobre a população, indiscriminadamente.

Israel funciona como um enclave do imperialismo no Oriente Médio. Sua importância para os países imperialistas está em exercer pressão e opressão sobre os países árabes que são fundamentais na produção e no mercado de petróleo mundial. Por isso a reação dos governos imperialistas foi de um apoio crítico a Israel, argumentando que o massacre dos libaneses estava sendo desproporcional aos ataques de homens-bomba que têm ferido e matado israelenses em atentados. A crítica ao tamanho da operação revela assim o apoio a ela, desde que não provoque uma revolta das massas árabes.

A posição revolucionária é a de apoio ao Líbano oprimido contra Israel opressor e marionete do imperialismo. Não concordamos com o método foquista dos atentados isolados das lutas das massas, nem com o conteúdo nacionalista da política do Hezbollah. A autodeterminação dos povos árabes só será conseguida com a luta nacional de massa antiimperialista e anticapitalista. Para isso, é preciso construir a seção nacional do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Apoiemos a luta do POR boliviano para dar um desenlace favorável às massas nas lutas que se travam nas ruas por toda a Bolívia. Contribua com a campanha financeira! Divulgue os materiais do POR e do Comitê de Enlace!

MASSAS N° 1508 **POR**

¡TODOS A LAS CALLES PARA EXPRESAR EL REPUDIO AL GOBIERNO VENDEDATRIA Y HAMBREADOR!
ORGANIZAR PIQUETES DE HUELGA.

¡ORGANIZAR HOMBRES ARMADOS DE REVOLUCIÓN!
¡VIVA LA REVOLUCIÓN Y LA DICTADURA PROLETARIA!

LAS MASAS TIENDEN A SUPERAR A LA BUROCRACIA ESTUPIDA.

¡VENECER EL OBSTACULO DE LA BUROCRACIA!

Reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Nos dias 5 e 6 de abril se realizou a Reunião do Comitê de Enlace, contando com a presença do POR boliviano, do Comitê construtor do POR argentino e da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (POR) do Brasil. O centro da discussão girou em torno da situação convulsiva por que passa a Bolívia e o lugar que ocupa o POR no processo revolucionário.

Chegou-se à conclusão de que as massas retomam suas experiências da revolução de 1952, com a diferença de não estarem submetidas ao nacionalismo burguês e se identificarem plenamente com o programa desenvolvido pelo Partido Operário Revolucionário. Os acontecimentos revolucionários, marcados por uma feroz resistência dos trabalhadores ao Plano pró-imperialista do governo de Sanches de Lozada, confirmam a linha política e as previsões do POR sobre o curso convulsivo que tomaria conta do país.

Todo problema reside na necessidade da militância superar erros do passado, que vêm impedindo o partido se destacar como direção física das tendências instintivas dos explorados, que, por sua radicalidade e por sua oposição total ao governo pró-imperialista, assumem características revolucionárias. O problema que o partido tem em suas mãos é o de resolver a questão do poder, pois as massas caminham nessa direção.

Nesse sentido, o partido discute como intervir desde o seio das massas, interpretando suas aspirações e tendências. O que quer dizer aplicar as consignas de acordo com a própria evolução dos acontecimentos protagonizados criativamente pelos explorados, que nas ruas combatem o governo e rejeitam a linha de negociação conciliadora da direção burocrática da Central Operária Boliviana (COB) e da Igreja. Orienta-se para que a militância maneje a linha partidária de maneira viva e não mecânica, reconhecendo a criatividade instintiva das massas, escutando-as, organizando o movimento desde dentro e não impondo bandeiras desde cima.

O fato dos trabalhadores estarem em choque contra a orientação da burocracia sindical traidora favorece totalmente o trabalho revolucionário de formação de uma direção desde as bases, através de comitês regionais e de comando nacional. É fundamental que o partido dê expressão organizativa às ações das massas, de forma a centralizá-las num estado maior, capaz de dirigir a luta pelo poder, pela materialização da ditadura proletária.

Argentina

Discutiu-se o agravamento da crise econômica, marcada pela profunda e persistente recessão, e da crise política, marcada pela divisão interburguesa em torno do Plano Cavallo e do Mercosul. Por outro lado, as mobilizações (desempregados, estudantes, greves, manifestações) estão indicando uma tendência à resistência das massas frente aos ataques do governo. A manifestação de repúdio

aos assassinatos e outros crimes da ditadura militar, que faz 20 anos, serviu de canal para amplos setores dos oprimidos denunciarem o governo pró-imperialista de Menem.

O POR argentino desenvolve as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores. Orienta-se no sentido de que a ditadura e a democracia são duas faces da ditadura capitalista. E que, por isso, não será através da democracia burguesa que os problemas das massas serão resolvidos e os crimes da burguesia serão punidos. Assim, vem desenvolvendo a bandeira de Tribunais Populares para punir os crimes dos governos e os comitês de auto-defesa frente ao recrudescimento da opressão capitalista.

No interior dessa discussão, destacou-se o fato dos trabalhadores ainda não terem superado o nacionalismo peronista, o que retarda a sua evolução e coloca a necessidade dos trotskistas enfrentarem o problema.

Denúncia do Movimento ao Socialismo (MAS)

O POR argentino denunciou o MAS, corrente morenista, ligada no Brasil ao PSTU, por ter se posicionado pela entrega dos militantes à polícia, processados e submetidos a maldosos de prisão pelo fato de terem impulsionado as lutas dos desempregados em Neuquén. Não bastando isso, o MAS pressionou o POR para que fizesse o mesmo e acabou criando uma situação de segurança para o partido.

Brasil

1. O Movimento dos Sem-Terra é um fenômeno importante que tem produzido grandes mobilizações e vem obrigando o governo a estabelecer uma política especial, para evitar um confronto aberto com os camponeses. Trata-se da expressão de desintegração do capitalismo. A igreja e os reformistas colocam simplesmente a entrega da terra improdutivo. O POR propõe a liquidação do latifúndio e a necessidade da aliança operário-camponesa para atacar o problema na raiz.

2. O governo está conseguindo impor seu plano pró-imperialista com ajuda da burocracia sindical e se apóia nesta para resolver seus problemas internos. Com esse plano se está destruindo o sistema de Previdência Social, com aceitação do PT e seu braço sindical, a CUT. O governo está se afogando em seu próprio plano econômico (endividamento gigantesco) o que se tem provocado uma forte crise política e colocado o reformismo num impasse.

3. O Partido Operário orienta as massas e defende que as grandes mobilizações não devem limitar-se a uma luta setorial, mas à derrubada do plano integral, o que implica a organização de uma frente antiimperialista.

4. A proximidade das eleições municipais tem impulsionado os reformistas a constituir frentes eleitorais. O Partido Operário Revolucionário insiste na conformação da FRA baseada no programa revolucionário.

5. A II Conferência do POR discutiu como desenvolver uma corrente propagandística no interior do movimento operário e como se combina o trabalho propagandístico e agitativo. Detecta-se que os companheiros subordinam a propaganda e a agitação à situação da organização, o que não é correto. Haverá trabalho propagandístico ou agitativo segundo a situação política e o estado de ânimo das massas, particularmente as que estão em luta.

6. A tradução de alguns artigos sobre a Bolívia e a difusão das Obras Completas e outros materiais têm permitido que os militantes se armem para a discussão, porém a difusão é limitada. É necessário melhorar esse trabalho e se recomendar também a organização de círculos de estudo.

